

1ª Retificação do EDITAL N. 09/2020 NÚCLEO REGIONAL DE LAGES

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, torna pública a retificação dos Anexos II, III e V do Edital nº 09/2020 (**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO** para **estágio de Pós-graduação em DIREITO** do núcleo regional de Lages, de 25 de março de 2020, permanecendo inalterados os demais itens e subitens, conforme a seguir:

No ANEXO II – Quadro de vagas, onde se lê:

Defensoria	Preenchimento mediante vacância	Vacância
1ª Defensoria Pública de Lages		1
2ª Defensoria Pública de Lages		1
3ª Defensoria Pública de Lages		1

Leia-se:

Defensoria	Preenchimento mediante vacância	Vacância
1ª Defensoria Pública de Lages		0
2ª Defensoria Pública de Lages		1
3ª Defensoria Pública de Lages		1
4ª Defensoria Pública de Lages		1

No ANEXO III – Conteúdo Programático, onde se lê:

1ª DEFENSORIA PUBLICA DE LAGES E 3ª DEFENORIA PÚBLICA DE LAGES

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, estrutura, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria geral das garantias. Direitos fundamentais em espécie. Conflito de direitos fundamentais. Restrições a direitos fundamentais. O princípio da proporcionalidade: conceito, origem, conteúdo, elementos e subprincípios. O princípio da proibição do excesso. O princípio da proibição da proteção insuficiente. O princípio da razoabilidade: conceito, origem e conteúdo. Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais. Orçamento e reserva do possível. O princípio da proibição do retrocesso social. 2. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. 3. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência e direito de petição. 4. Direitos sociais. Teoria geral dos direitos sociais. Classificação. Efetivação. 5. O direito ao mínimo existencial: origem, conceito, fundamento e objeto. 6. O acesso à justiça e as Defensorias Públicas. Emendas Constitucionais nº 45/2009 e nº 80/2014 e Defensoria Pública.

DIREITOS HUMANOS: 1. Conceito e fundamentos dos Direitos Humanos. Universalismo e relativismo cultural. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Direito Natural. Teoria geral dos Direitos Humanos. Fontes, classificações, princípios, características dos Direitos Humanos. Gerações de Direitos Humanos. Interpretação das normas de Direitos Humanos. Resolução das colisões entre Direitos Humanos; 2. A evolução histórica dos Direitos Humanos. Gênese e a formação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Humanitário. Direito dos Refugiados. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Tribunal de Nuremberg. Liga das Nações. Tribunal Penal Internacional. Organização Internacional do Trabalho; 3. Direitos Humanos na Constituição Federal brasileira de 1988. Dignidade da

Pessoa Humana. Incorporação de normas internacionais gerais e de Direitos Humanos ao Direito interno brasileiro. Posição hierárquica das normas internacionais em geral e dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico interno. Posições doutrinárias. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O controle de convencionalidade. Federalização de crimes envolvendo os Direitos Humanos. Tratados internacionais de Direitos Humanos e as obrigações assumidas pelo Brasil; 4. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Personalidade jurídica internacional do ser humano. Indivisibilidade e a interdependência dos Direitos Humanos. Interpretação de tratados no Direito Internacional e a especificidade dos Tratados de Direitos Humanos. Direitos humanos e situações de emergência ou estados de exceção. Normativas emanada dos órgãos convencionais de proteção. Princípio da não-discriminação no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Obrigações executivas, legislativas e judiciais. Controle de reservas. Denúncia dos tratados de Direitos Humanos. Reparações às vítimas de violações dos direitos humanos. Execução de sentenças de tribunais internacionais. Responsabilidade internacional dos Estados; 5. Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos humanos na Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Proteção dos refugiados. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. Convenção sobre os direitos da criança. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado; 6. Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos humanos na Organização dos Estados Americanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Comissão interamericana de Direitos Humanos. Corte interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência; A atuação da Defensoria Pública na promoção e defesa dos Direitos Humanos, inclusive perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

DIREITO PENAL 1. Teoria da lei penal: conceito, fontes, objetivos. Princípios de direito penal. Validade da lei penal no espaço e no tempo. Interpretação da lei penal. Direito penal e poder punitivo. As escolas penais. Modernas tendências do pensamento penal. Evolução histórica do direito penal. 2. As escolas criminológicas. Sistema penal e controle social. 3. Constituição e Direito Penal. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. Direito Penal e Direitos Humanos. Direitos humanos e processo de criminalização. Aplicação e interpretação da lei penal a luz dos direitos humanos. 4. Tipicidade: evolução do conceito de tipo penal, modelos de tipo, elementos constitutivos do tipo penal (objetivos, subjetivos, descritivos, normativos). Conduta (ação e omissão), nexos de causalidade, resultado, imputação objetiva. Tipos dolosos, tipos culposos e tipos omissivos. Iter criminis. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5. Antijuridicidade: conceito. O injusto penal. Causas de justificação. 6. Culpabilidade: conceito, evolução histórica, estrutura. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. Princípio da culpabilidade. Culpabilidade e liberdade. Culpabilidade e periculosidade. Culpabilidade e vulnerabilidade. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor. Excludentes da culpabilidade (legais e supralegais). 7. Arrependimento posterior. Crime impossível. Concurso de agentes. Erro no Direito Penal. Punibilidade. 8. Concurso de crimes. 9. Pena: Circunstâncias Judiciais. Agravantes e Atenuantes. Causas de Aumento e de Diminuição. Cálculo da Pena. Extinção da punibilidade. Suspensão condicional da pena. Reabilitação. 10. Execução penal: Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). 11. Direito Penal e saúde mental. Medidas de segurança: evolução histórica, conceito, espécies, execução. Lei nº 10.216/01. Reforma psiquiátrica. A antipsiquiatria. 12. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. 13. Legislação penal especial: crime organizado (Lei nº 12.850/13), crimes de trânsito (Lei nº 9.503/97), Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04), crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), lei de tortura (Lei nº 9.455/97), lei de drogas (Lei nº 11.343/06), crimes contra a ordem tributária (Leis nºs 8.137/90, 9.249/95, 9.430/96 e 10.684/03), crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89), abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65), crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), lei das contravenções penais (Decreto-Lei nº 3688/41).

DIREITO PROCESSUAL PENAL 1. Princípios que regem o processo penal. 2. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal na Constituição Federal. 3. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal nos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. 4. Conceito e características do devido processo penal. 5. Conceito e características do processo penal inquisitório e acusatório. 6. Fontes do processo penal. 7. Lei processual penal no tempo e no espaço. 8. Interpretação da lei processual penal. 9. Sistemas de investigação preliminar. Inquérito policial. Identificação criminal. 10. Meios de obtenção de prova na persecução criminal. Busca e apreensão. Interceptação telefônica. Quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal. 11. Ação penal de iniciativa pública e privada. Condições da ação. 12. Denúncia e Queixa-crime. 13. Garantias do processo penal. 14. Ação civil ex delicto. 15. Jurisdição e competência. 16. Sujeitos processuais. 17. O direito de defesa. Autodefesa e defesa técnica. 18. Interrogatório. 19. Questões e processos incidentes. 20. Prova. Ônus da prova. Procedimento probatório. Garantias aplicáveis à proposição, produção e valoração da prova. Meios de prova. 21. Índícios no processo penal. 22. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão domiciliar. Relaxamento e liberdade provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. A implantação das audiências de custódia. 23. Medidas assecuratórias. 24. Citação, notificação e intimação. 25. Revelia e suspensão condicional do processo. 26. Aplicação provisória de interdições e medida de segurança. 27. Sentença penal, motivação das decisões e coisa julgada. 28. Emendatio libelli e mutatio libelli. 29. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Procedimento comum e especial. 30. Rito ordinário. Rito sumário. Rito sumaríssimo. 31. Juizados Especiais Criminais. 32. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. 33. Procedimentos especiais. 34. Nulidades. 35. Recursos. 36. Ações de impugnação. Revisão criminal. Habeas corpus. Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal. 37. Execução penal. Legislação federal e legislação estadual pertinente. 38. Aspectos processuais da legislação penal especial: abuso de autoridade; crimes hediondos; organização criminosa; tortura; crimes de menor potencial ofensivo; proteção a vítimas e a testemunhas; desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher; trânsito; crimes de preconceito; crimes contra as relações de consumo. 39. Prerrogativas e garantias dos defensores públicos relacionadas com o processo penal: Lei Orgânica nacional da Defensoria.

Leia-se:

3ª DEFENSORIA PÚBLICA DE LAGES

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, estrutura, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria geral das garantias. Direitos fundamentais em espécie. Conflito de direitos fundamentais. Restrições a direitos fundamentais. O princípio da proporcionalidade: conceito, origem, conteúdo, elementos e subprincípios. O princípio da proibição do excesso. O princípio da proibição da proteção insuficiente. O princípio da razoabilidade: conceito, origem e conteúdo. Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais. Orçamento e reserva do possível. O princípio da proibição do retrocesso social. 2. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. 3. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência e direito de petição. 4. Direitos sociais. Teoria geral dos direitos sociais. Classificação. Efetivação. 5. O direito ao mínimo existencial: origem, conceito, fundamento e objeto. 6. O acesso à justiça e as Defensorias Públicas. Emendas Constitucionais nº 45/2009 e nº 80/2014 e Defensoria Pública.

DIREITOS HUMANOS: 1. Conceito e fundamentos dos Direitos Humanos. Universalismo e relativismo cultural. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Direito Natural. Teoria geral dos Direitos Humanos. Fontes, classificações, princípios, características dos Direitos Humanos. Gerações de Direitos Humanos. Interpretação das normas de Direitos Humanos. Resolução das colisões entre Direitos Humanos; 2. A evolução histórica dos Direitos Humanos. Gênese e a formação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Humanitário. Direito dos Refugiados. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Tribunal de Nuremberg. Liga das Nações. Tribunal Penal Internacional. Organização Internacional do Trabalho; 3. Direitos Humanos na Constituição Federal brasileira de 1988. Dignidade da Pessoa Humana. Incorporação de normas internacionais gerais e de Direitos Humanos ao Direito interno brasileiro. Posição hierárquica das normas internacionais em geral e dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico interno. Posições doutrinárias. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O controle de convencionalidade. Federalização de crimes envolvendo os Direitos Humanos. Tratados

internacionais de Direitos Humanos e as obrigações assumidas pelo Brasil; 4. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Personalidade jurídica internacional do ser humano. Indivisibilidade e a interdependência dos Direitos Humanos. Interpretação de tratados no Direito Internacional e a especificidade dos Tratados de Direitos Humanos. Direitos humanos e situações de emergência ou estados de exceção. Normativas emanada dos órgãos convencionais de proteção. Princípio da não-discriminação no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Obrigações executivas, legislativas e judiciais. Controle de reservas. Denúncia dos tratados de Direitos Humanos. Reparações às vítimas de violações dos direitos humanos. Execução de sentenças de tribunais internacionais. Responsabilidade internacional dos Estados; 5. Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos humanos na Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Proteção dos refugiados. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. Convenção sobre os direitos da criança. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado; 6. Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos humanos na Organização dos Estados Americanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Comissão interamericana de Direitos Humanos. Corte interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência; A atuação da Defensoria Pública na promoção e defesa dos Direitos Humanos, inclusive perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

DIREITO PENAL 1. Teoria da lei penal: conceito, fontes, objetivos. Princípios de direito penal. Validade da lei penal no espaço e no tempo. Interpretação da lei penal. Direito penal e poder punitivo. As escolas penais. Modernas tendências do pensamento penal. Evolução histórica do direito penal. 2. As escolas criminológicas. Sistema penal e controle social. 3. Constituição e Direito Penal. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. Direito Penal e Direitos Humanos. Direitos humanos e processo de criminalização. Aplicação e interpretação da lei penal a luz dos direitos humanos. 4. Tipicidade: evolução do conceito de tipo penal, modelos de tipo, elementos constitutivos do tipo penal (objetivos, subjetivos, descritivos, normativos). Conduta (ação e omissão), nexos de causalidade, resultado, imputação objetiva. Tipos dolosos, tipos culposos e tipos omissivos. Iter criminis. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5. Antijuridicidade: conceito. O injusto penal. Causas de justificação. 6. Culpabilidade: conceito, evolução histórica, estrutura. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. Princípio da culpabilidade. Culpabilidade e liberdade. Culpabilidade e periculosidade. Culpabilidade e vulnerabilidade. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor. Excludentes da culpabilidade (legais e supralegais). 7. Arrependimento posterior. Crime impossível. Concurso de agentes. Erro no Direito Penal. Punibilidade. 8. Concurso de crimes. 9. Pena: Circunstâncias Judiciais. Agravantes e Atenuantes. Causas de Aumento e de Diminuição. Cálculo da Pena. Extinção da punibilidade. Suspensão condicional da pena. Reabilitação. 10. Execução penal: Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). 11. Direito Penal e saúde mental. Medidas de segurança: evolução histórica, conceito, espécies, execução. Lei nº 10.216/01. Reforma psiquiátrica. A antipsiquiatria. 12. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. 13. Legislação penal especial: crime organizado (Lei nº 12.850/13), crimes de trânsito (Lei nº 9.503/97), Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04), crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), lei de tortura (Lei nº 9.455/97), lei de drogas (Lei nº 11.343/06), crimes contra a ordem tributária (Leis nºs 8.137/90, 9249/95, 9.430/96 e 10.684/03), crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89), abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65), crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), lei das contravenções penais (Decreto-Lei nº 3688/41).

DIREITO PROCESSUAL PENAL 1. Princípios que regem o processo penal. 2. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal na Constituição Federal. 3. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal nos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. 4. Conceito e características do devido processo penal. 5. Conceito e características do processo penal inquisitório e acusatório. 6. Fontes do processo penal. 7. Lei processual penal no tempo e no espaço. 8. Interpretação da lei processual penal. 9.

Sistemas de investigação preliminar. Inquérito policial. Identificação criminal. 10. Meios de obtenção de prova na persecução criminal. Busca e apreensão. Interceptação telefônica. Quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal. 11. Ação penal de iniciativa pública e privada. Condições da ação. 12. Denúncia e Queixa-crime. 13. Garantias do processo penal. 14. Ação civil ex delicto. 15. Jurisdição e competência. 16. Sujeitos processuais. 17. O direito de defesa. Autodefesa e defesa técnica. 18. Interrogatório. 19. Questões e processos incidentes. 20. Prova. Ônus da prova. Procedimento probatório. Garantias aplicáveis à proposição, produção e valoração da prova. Meios de prova. 21. Indícios no processo penal. 22. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão domiciliar. Relaxamento e liberdade provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. A implantação das audiências de custódia. 23. Medidas assecuratórias. 24. Citação, notificação e intimação. 25. Revelia e suspensão condicional do processo. 26. Aplicação provisória de interdições e medida de segurança. 27. Sentença penal, motivação das decisões e coisa julgada. 28. Emendatio libelli e mutatio libelli. 29. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Procedimento comum e especial. 30. Rito ordinário. Rito sumário. Rito sumaríssimo. 31. Juizados Especiais Criminais. 32. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. 33. Procedimentos especiais. 34. Nulidades. 35. Recursos. 36. Ações de impugnação. Revisão criminal. Habeas corpus. Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal. 37. Execução penal. Legislação federal e legislação estadual pertinente. 38. Aspectos processuais da legislação penal especial: abuso de autoridade; crimes hediondos; organização criminosa; tortura; crimes de menor potencial ofensivo; proteção a vítimas e a testemunhas; desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher; trânsito; crimes de preconceito; crimes contra as relações de consumo. 39. Prerrogativas e garantias dos defensores públicos relacionadas com o processo penal: Lei Orgânica nacional da Defensoria.

4ª Defensoria Pública de Lages

1 - DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES: ENTIDADES FAMILIARES. Princípios constitucionais da família. Princípios constitucionais aplicáveis às relações familiares. CASAMENTO: disposições gerais; capacidade e impedimentos para o casamento; invalidade do casamento; dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; divórcio judicial e extrajudicial; e proteção da pessoa dos filhos; GUARDA. RELAÇÕES DE PARENTESCO: disposições gerais; filiação e reconhecimento dos filhos; investigação de paternidade. DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES: disposições gerais; pacto antenupcial; regime de comunhão parcial, universal e separação total de bens. ALIMENTOS: Lei 5.478/68. UNIÃO ESTÁVEL. TUTELA E CURATELA. DA SUCESSÃO EM GERAL E DA SUCESSÃO LEGÍTIMA. DO INVENTÁRIO.

2 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Teoria Geral do Processo. Processo de Conhecimento. Processo de Execução. Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.

3 - DIREITO CONSTITUCIONAL: Constitucionalismo. Constituição: conceito; classificações; elementos e histórico. Hermenêutica: mutação x reforma; regras x princípios. Poder Constituinte. Eficácia e Aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de Constitucionalidade. Divisão Espacial do Poder: Organização do Estado. Separação de Poderes: Teoria Geral. Poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Sociais.

No ANEXO V – ÁREAS DE CONHECIMENTO, onde se lê:

1ª Defensoria pública de Lages	ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL
2ª Defensoria pública de Lages	ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
3ª Defensoria pública de Lages	ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leia-se:

2ª Defensoria pública de Lages	ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
3ª Defensoria pública de Lages	ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL
4ª Defensoria pública de Lages	ÁREAS DE CONHECIMENTO: Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito de Família e Sucessões.

Florianópolis, 20 de julho de 2020.